



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA
Rua Adauto Dornelas Câmara, 165 – Baía Formosa/RN
CNPJ: 08.161.341/0001-50

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Designado pela Portaria n.º 007/2024, de 16 de janeiro de 2024.

**- PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2024 -
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
Processo Administrativo n.º 17060001/24
De Segunda-Feira, 17 de junho de 2024 (17/06/2024).**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA, através do Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 007/2024 - GP/PMBF, de 16 de janeiro de 2024, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei n.º 14.133/21, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014, Decreto Municipal n.º 269/2024, farão realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços – SRP, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 25/06/2024 AS 08:00 H

LIMITE DO ACOLHIMENTO DE PROPOSTA: 10/07/2024 AS 09:00 H

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10/07/2024 AS 09:15 H

DATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 10/07/2024 AS 09:30 H

TEMPO DE DISPUTA: Será estipulado pelo Pregoeiro, e acrescido do tempo randômico, determinado pelo sistema.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília-DF.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de nova comunicação.

DO OBJETO

- 1) A presente licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para Eventual e futura Aquisição de Material de Expediente & Escolar, os quais serão destinados aos diversos Setores, Programas e Secretarias Municipais, Escolas Municipais, Postos e Programas da Saúde e Assistência Social deste município de Baía Formosa/RN, conforme especificações constantes do Termo de Referência, anexo ao Edital.

- 1.1) O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS não obriga a execução do objeto do contrato, nem mesmo nas quantidades indicadas no Termo de Referência,

podendo a Administração promover a execução em unidades de acordo com suas necessidades.

- 1.2) A CONTRATADA deverá executar o objeto do contrato em conformidade com os padrões e normas técnicas aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.
- 1.3) A PREFEITURA DO MUNICÍPIO BAÍA FORMOSA se reserva o direito de recusar a execução do objeto do contrato que não esteja dentro das normas técnicas e dos padrões exigidos e aplicados aos mesmos, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de suas substituições/correções, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA.
- 1.4) A CONTRATADA se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese da ocorrência do previsto no item 1.3 deste Edital.

DO PROCEDIMENTO

2. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

2.1 O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme acordo de cooperação técnica celebrado entre a Ecustomize Consultoria em Software Ltda e o Município de Baía Formosa/RN, firmado em 19 de fevereiro de 2021.

2.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo “Agente de contratação” que também é “Pregoeiro Oficial” do Município de Baía Formosa/RN, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências constantes neste Edital e seus anexos.

3.1. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 3.1.1. Apresentar toda a documentação solicitada mesmo com restrição para obter os benefícios da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.
- 3.1.2. Havendo alguma restrição na documentação, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da declaração do proponente vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e

emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

- 3.1.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do Artigo 43 da Lei Complementar 147/14, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.2. ESTARÃO IMPEDIDOS DE PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO:

- 3.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.2.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.2.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta
- 3.2.4. empresa ou sociedade estrangeira;
- 3.2.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.2.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 3.2.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.2.8. Empresa que esteja sediada a mais de 30 Km (trinta quilômetros) da sede do município de Baía Formosa/RN, em decorrência de fatos elencados no Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- 3.2.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

- 3.2.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.2.11. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.2.12. Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.
- 3.2.13. Os interessados suspensos do direito de licitar com a Administração Municipal de Baía Formosa/RN, cujo conceito abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituída ou mantida, no prazo e nas condições do impedimento;
- 3.2.14. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante as sanções previstas neste Edital.
- 3.2.15. Empresa que não seja beneficiada pela Lei Complementar n.º 147/2014.
- 3.2.16. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.2.17. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.2.18. O impedimento de que trata a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 3.2.19. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 3.2.20. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

- 3.2.21. A vedação de que trata o item agente público do órgão ou entidade licitante estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica

DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

4. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtida através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 4.1. Os interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.
- 4.2. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Confederação Nacional de Municípios, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 4.5. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecido.
- 4.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

5. As propostas serão recebidas até o momento imediatamente anterior ao início da abertura das propostas na data e horário estipulado neste edital, sempre obedecendo ao horário oficial de Brasília. A disputa terá início na data estipulada neste edital, em sessão pública de pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar sua aceitabilidade.
 - 5.1. Aberta à etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
 - 5.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
 - 5.3. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
 - 5.4. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
 - 5.4.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica, divulgando data e hora da reabertura da sessão.
 - 5.4.2. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo Pregoeiro, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 5.5. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
 - 5.5.1. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
 - 5.5.2. Em sendo Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, ao incluir suas propostas no sistema, declarar, que as mesmas se enquadram nessa categoria.
 - 5.5.3. A não informação implicará na desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se da prerrogativa concedida pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

- 5.5.4. Será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar nº 147/14 de 07 de agosto de 2014.
- 5.5.5. Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 5.5.6. Não ocorrerá o empate se a proposta mais bem classificada já for de microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 5.5.7. As microempresas e empresas de pequeno porte com lances no limite de até 5% (cinco por cento) superior a menor proposta poderão apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, após o encerramento da disputa do item, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contados da convocação do Pregoeiro.
- 5.5.8. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo de 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.5.9. Na hipótese da não-contratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

DA PROPOSTA

6. A proposta deverá obedecer aos seguintes critérios:

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

- 6.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;
- 6.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato;
- 6.8. O prazo de validade da proposta é de 60(sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.
- 6.9. O vencedor deverá enviar a proposta readequada com os valores unitários e totais do (s) item (s) arrematado (s).
- 6.10. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor:
- 6.11. Serão rejeitadas as propostas que:
- 6.11.1. Sejam incompletas, isto é, não conterem informação (ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;
 - 6.11.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro;
 - 6.11.3. Apresentar o valor para o Item/lote maior que o valor máximo estipulado em edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.
 - 6.11.3.1. A pesquisa mercadológica encontra-se disponível na Sala do Agente de Contratação / Pregoeiro, situada ao Largo Arcelino Gomes da Cruz - Centro - Baía Formosa/RN, de Segunda a Sexta-Feira, no horário de expediente ao público das 08h00m às 12h00m. A mesma, também, poderá ser solicitada através do endereço eletrônico cpl@baiaformosa.rn.gov.br.
- 6.12. O Município é considerado consumidor final, sendo que o licitante deverá obedecer ao fixado no art. 155, VII, b, da Constituição Federal de 1988.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7. No que se refere a abertura da sessão, classificação das propostas e formulação dos lances
- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;
 - 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
 - 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
 - 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
 - 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
 - 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 30 (trinta) segundos.
 - 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
 - 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
 - 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 7.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 7.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 7.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.15. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.16. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.17. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.18. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.19. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.20. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.21. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.22. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.23. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.24. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

- 7.25. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.26. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.27. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.28. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.29. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.30. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.31. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.32. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.33. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.34. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.35. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 7.36. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.37. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.38. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.39. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.40. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.41. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.42. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.43. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.44. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.45. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.46. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.46.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.46.2. empresas brasileiras;

- 7.46.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.46.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.47. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.48. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.49. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.50. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.51. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.52. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.53. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8. Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE, observando-se os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- 8.1. Para efeito deste pregão cada item estará discriminado no Termo de Referência.
- 8.2. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 8.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for

necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

- 8.4. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 8.4.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - 8.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 8.6. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 8.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 8.8. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 8.9. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.10. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.11. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 8.12. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

- 8.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
- 8.13.1. indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];
 - 8.13.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.
- 8.14. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.14.1. contiver vícios insanáveis;
 - 8.14.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 8.14.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.14.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.14.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.15. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.16. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.16.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.16.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.17. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.18. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.19. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela

Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

- 8.20. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 8.21. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 8.22. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 8.23. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.24. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.25. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.26. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.27. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.28. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.29. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.30. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada

- 8.31. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

DA HABILITAÇÃO

9. Para fins de habilitação:

9.1. – Habilitação Jurídica

- 9.1.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral válido.
- 9.1.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.1.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.1.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.1.6. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 9.1.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.1.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal n.º 14.133/21).

- 9.1.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, IV, da Lei Federal n.º 14.133/21).
- 9.1.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.1.11. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 9.1.12. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 9.1.13. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.1.14. comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 9.1.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.1.16. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.1.17. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.1.18. A verificação no de exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.1.19. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de

Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

- 9.1.20. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.1.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.1.22. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.1.23. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.1.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo duas horas;
- 9.1.25. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.1.26. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 9.1.27. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 9.1.28. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 9.1.29. Identidade e CPF do(s) sócio(s) da empresa;
- 9.1.30. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

- 9.1.31. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 9.1.32. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2. Regularidade Fiscal

- 9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 9.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade;
- 9.2.3. Prova de Regularidade com a Secretaria da Receita Federal e com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- 9.2.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual.
- 9.2.5. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- 9.2.6. Certidão de Regularidade do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- 9.2.7. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz). Modelo no Anexo III;
- 9.2.8. Declaração expressa de inexistência de fato impeditivo de habilitação, sob as penalidades legais.
- 9.2.9. Comprovação, através de Atestado de Capacidade Técnica, de que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza semelhante ao do objeto deste pregão;
- 9.2.10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelo sítio www.tst.gov.br/certidao, em cumprimento a Lei n.º 12.440/2011.

9.3. Qualificação Econômico – Financeira

- 9.3.1. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em no máximo 30 (trinta) dias da abertura do certame.
- 9.3.2. Todas as certidões, declarações ou documentos equivalentes, expedidas sem prazo de validade, serão consideradas válidas desde que expedidas no máximo a 90 (noventa) dias inclusive, anteriores à data designada para entrega dos envelopes.

- 9.3.3. Os documentos de habilitação exigidos, poderão ser apresentados mediante qualquer processo de cópia devidamente autenticada por cartório competente ou servidor da Prefeitura do Município de Baía Formosa, o Pregoeiro ou Equipe de Apoio, mediante a apresentação do documento original.
- 9.3.4. Para fins de habilitação, a verificação em sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 9.3.5. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

10. A Proposta (inicial e final) bem como toda a documentação exigida para habilitação e Qualificação Econômico - Financeira (inclusive declarações), deverão ser remetidos devidamente rubricados e/ou assinados em formato digital (.pdf – preferencialmente) via campo específico e no momento oportuno em www.portaldecompraspublicas.com.br, mediante “diligência”, no prazo de 02 horas, contados da solicitação do Pregoeiro.
 - 10.1. A proposta e os documentos e anexos remetidos por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada o Pregoeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis, desde que a empresa tenha sido habilitada, à Sala de Reuniões do Agente de Contratação / Pregoeiro, situada ao Largo Arcelino Gomes da Cruz, - Centro - Baía Formosa/RN, CEP 59.194-000, Estado do Rio Grande do Norte. Os documentos assinados por meio de assinatura digital serão dispensados do envio via correios.
 - 10.2. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço. Os mesmos documentos (com exceção da Proposta readequada do licitante vencedor) não poderão ser emitidos após o horário limite estabelecido para a apresentação das propostas.
 - 10.3. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação e das propostas dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas na Lei de Licitações, podendo o Pregoeiro convocar a empresa participante que apresentou a proposta ou lance subsequente.
 - 10.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
 - 10.5. O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
 - 10.6. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões, também via

sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

- 10.7. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 10.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11. O objeto deste Pregão será adjudicado por item à licitante que cotar o MENOR PREÇO POR LOTE, após decididos os recursos, quando houver, sujeito à homologação da Prefeita do Município de Baía Formosa.

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DA AUTORIDADE COMPETENTE

12. Caberão ao Pregoeiro e autoridade competente.

- 12.1. A Autoridade Competente da Prefeitura Municipal de Baía Formosa caberá:

- a) Homologar o resultado e promover a contratação correspondente a este Pregão.
- b) Anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;
- c) Revogar este Pregão, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.
- d) É facultado o Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

- 12.2. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 13.1. O Registro de Preços será formalizado mediante Ata de Registro de Preços, conforme modelo do ANEXO II deste Edital, que será formalizada no prazo de até 03 (três) dias úteis após a homologação do presente certame.
- 13.2. A ata terá efeito de compromisso da execução do objeto do contrato nas condições e prazos estipulados no Edital.
- 13.3. O Município publicará a Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte.
- 13.4. A Ata de Registro de Preços terá validade de no máximo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser renovado.
- 13.5. A existência de preços registrados não assegura ao licitante o direito ao fornecimento do objeto, podendo a Administração, se assim entender, promover nova licitação específica para aquisição dos mesmos, sendo assegurada, entretanto, ao fornecedor com preço registrado o fornecimento em igualdade de condições.

DA ENTREGA E DA ATESTAÇÃO

14. A execução do objeto do contrato dar-se-á nos locais determinados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e/ou Setor Solicitante, os quais deverão ser executados em até 05 (cinco) dias da solicitação, e efetuadas por conta e risco da proponente vencedora, conforme orientação do órgão gestor e nos locais especificado ao final.
 - 14.1. As marcas dos produtos/serviços cotados não poderão ser substituídas no decorrer da validade da Ata de Registro de Preços, sem a solicitação prévia da contratante e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos/serviços de qualidades equivalentes.
 - 14.2. O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização da execução do objeto do contrato, reservando-se à Prefeitura Municipal de Baía Formosa/RN, o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.
 - 14.3. A execução do objeto do contrato poderá eventualmente ser suspensa ou alteradas, a critério do órgão gestor.
 - 14.4. O transporte e a descarga dos materiais correrão por conta das firmas vencedoras sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente, quando necessário para a execução do objeto do contrato.
 - 14.5. Reposição/alteração da execução do objeto do contrato:

A empresa licitante ou fabricante deverá se comprometer a repor/alterar a execução do objeto do contrato, quando:

- a) Houver, execução do objeto do contrato em desconformidade com o contrato.

- b) A execução do objeto do contrato não atender às especificações deste edital.

14.6. A execução do objeto do contrato dar-se-á nos locais designados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/Órgão Solicitante.

DO PAGAMENTO

- 15. A licitante vencedora deverá apresentar nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, na qual deverá constar o número do Processo para liquidação e pagamento da despesa pela Prefeitura do Município de Baía Formosa, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente, em até 10 (dez) dias da data da entrega.
- 15.1. O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetivado após a verificação da regularidade da licitante vencedora junto à Seguridade Social - CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF e às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede da licitante, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.
- 15.2. A Prefeitura Municipal de Baía Formosa reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, a execução do objeto do contrato não estiver de acordo com as especificações dispostas neste Edital.
- 15.3. A Prefeitura Municipal de Baía Formosa poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.
- 15.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

DAS SANÇÕES

- 16. Com fundamento na Lei nº 14.133/21, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Baía Formosa e será descredenciada no Sistema de Fornecedores do Portal de Compras Governamentais e do cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Baía Formosa, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e demais cominações legais a licitante que:
 - 16.1. Não assinar o contrato / Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 16.2. Deixar de entregar documentação exigida no Edital;
 - 16.3. Apresentar documentação falsa;
 - 16.4. Não mantiver a proposta;

- 16.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 16.6. Fizer declaração falsa;
- 16.7. Cometer fraude fiscal.
- 16.8. Em caso de atraso injustificado na execução do objeto do contrato será aplicada multa de mora à licitante vencedora, no valor correspondente de 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor da execução do objeto do contrato, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias.
- 16.9. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Administração da Prefeitura Municipal de Baía Formosa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:
- 16.10. Advertência;
- 16.11. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Registro de Preço, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;
- 16.12. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 16.13. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Prefeitura Municipal de Baía Formosa pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 17.1. Os preços registrados na ata de registro de preços só poderão ser reajustados mediante condições previstas na Lei Federal n.º 14.133/21.
- 17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

DA SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 18.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de cinco dias úteis, nos seguintes casos:

I - Pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;

b) o fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

c) o fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas:

I - pela Administração, por meio de edital, quando por ela julgado que o fornecedor esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data da decisão;

II - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho Fundamentado do Secretário de Administração.

§ 2º A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no inciso I deste artigo, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços.

§ 3º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

§ 4º Da decisão que a cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis.

18.2 Os preços registrados poderão ser suspensos nos seguintes casos:

I - pela Administração, por meio de edital, quando por ela julgado que o fornecedor esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data da

decisão;

II - pelo fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços.

§ 1º A suspensão de registro de preço, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho fundamentado do Secretário de Administração.

§ 2º Será estabelecido no edital ou no expediente da solicitação de que tratam os incisos I e II, o prazo previsto para a suspensão temporária do preço registrado.

§ 3º Enquanto perdurar a suspensão poderão ser realizadas novas licitações para aquisição dos materiais ou gêneros constantes dos registros de preços.

19 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As eventuais contratações da respectiva despesa decorrente do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município.

20 DOS RECURSOS

20.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

20.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

20.4. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

20.5. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

20.6. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

20.7. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

20.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão

recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.9. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

20.10. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

20.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.12. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.13. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e www.baiaformosa.rn.gov.br

21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

21.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- deixar de apresentar amostra;

21.3. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

21.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.5. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

21.6. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação fraudar a licitação comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

21.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

21.8. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida.
- as peculiaridades do caso concreto
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- os danos que dela provierem para a Administração Pública a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.10. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

21.11. Para as todas as infrações previstas neste edital, a multa será de 0,5% a 30% do valor do contrato licitado, observando o disposto no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021

21.12. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.13. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.14. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

21.15. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.16. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.17. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.18. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.19. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

22.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.portaldecompraspublicas.com.br e endereço eletrônico cpl@baiaformosa.rn.gov.br;

22.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

22.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), www.baiaformosa.rn.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

24.1. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

24.2. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva da Administração da Prefeitura Municipal de Baía Formosa.

DOS ANEXOS

25. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência & Minuta de Termo Contratual; e,
ANEXO II – Ata de Registro de Preços;

DO FORO

26. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas

administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Canguaretama, estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Baía Formosa/RN, Terça-Feira, 25 de junho de 2024 (25/06/2024).

Juliana Alves de Lima

Chefe do Setor de Licitações da Prefeitura de Baía Formosa/RN
Matrícula n.º 000898



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA
Rua Adauto Dornelas Câmara, 165 – Baía Formosa/RN
CNPJ: 08.161.341/0001-50

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Designado pela Portaria n.º 007/2024, de 16 de janeiro de 2024.

ANEXO I
**TERMO DE REFERÊNCIA
&
MINUTA CONTRATUAL**



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÁ FORMOSA

Rua Dr. Manoel Francisco de Melo, 500 – Centro

CNPJ 08.161.341/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1 DA JUSTIFICATIVA:

Visando assegurar às atividades desenvolvidas na Administração Pública Municipal, por intermédio dos diversos Setores, Programas, Secretarias, Unidades de Saúde e Unidades Escolares e que demandam a utilização do objeto ora solicitado, no que diz respeito a aquisição de "**MATERIAL DE EXPEDIENTE & ESCOLAR**", foi elaborado este Termo de Referência, a ser utilizado em procedimento licitatório - **MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**, amparado legalmente através da Lei Federal n. 8.666/93 e 10.520/02, selecionando empresa(s) que atua(m) no ramo do presente objeto.

Inicialmente, é sugerida a aplicação do “Sistema de Registro de Preço” para a presente contratação em virtude da inviabilidade de estimar os quantitativos mais aproximados da necessidade eventual e futura dos itens.

É importante frisar que as demandas para aquisição são eventuais, realizadas por setor demandante/requisitante, e deverão ser realizados em um prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis da solicitação. Este prazo de entrega exíguo justifica-se em razão de não haver almoxarifado para acondicionar adequadamente os produtos requisitados. Com isso, para que a Administração não venha a arcar com prejuízos em virtude do fornecimento fora do prazo estabelecido, e ainda visando fortalecer o mercado local, sugerimos a contratação de Pessoa Jurídica para fornecer os produtos em pauta que estejam distantes em até 50 (cinquenta) quilômetros da sede do município de Baía Formosa/RN. É muito importante frisar que este fator delimitador a ser utilizado não causará prejuízos a Administração tampouco limitará a concorrência, haja visto que existe um grande número de empresas deste segmento atuando dentro desta área pré-estabelecida.

Reforçamos para o fato de que o material solicitado é indispensável para o desenvolvimento das atividades dos diversos Setores, Programas, Secretarias, Unidades Escolares e Unidades de Saúde, no âmbito do município de Baía Formosa/RN. Logo, a falta do material ora solicitado comprometerá os serviços oferecidos e causar transtornos ao Município. Justificando-se, desta forma, a elaboração de Termo de Referência nestes moldes.

2 DO OBJETO:

A presente licitação tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS**, para Eventual e futura a aquisição de Material de Expediente & Escolar, os quais serão destinados aos diversos Setores, Programas e Secretarias Municipais, Escolas Municipais, Postos e Programas da Saúde e Assistência Social deste município de Baía Formosa/RN.

3 DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS E DA ATESTAÇÃO

3. Os produtos deverão ser entregue na sede da Prefeitura Municipal de Baía Formosa/RN, no prazo de 05 (cinco) dias.

3.1 O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização de todos os produtos no ato da entrega, reservando-se à Prefeitura Municipal de Baía Formosa/RN, o direito de não proceder ao recebimento, caso o produto não se encontre dentro dos moldes do Termo de Referência.

3.2 O fornecimento do(s) produto(s) poderá(ão) eventualmente ser suspensas ou alteradas, a critério do órgão gestor.

3.3 Os encargos com transporte, descarga dos materiais, salários de técnico(s) correrão por conta das firmas vencedoras sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.

3.4 Do Não recebimento dos Produtos:

O Poder Executivo não atestará o recebimento dos produtos, quando:

- a) Houver, na entrega, produtos fora dos critérios estabelecidos no instrumento convocatório.
- b) Por quaisquer outro(s) fato(s) que impossibilite o Poder Executivo a receber o produto.

3.5 Todos os produtos deverão ser entregues nos locais designados pela Secretaria Municipal de Administração/Setor Requisitante.

4 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4. A **licitante vencedora** deverá apresentar nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, na qual deverá constar o número do Processo para liquidação e pagamento da despesa pelo Poder Executivo do Município de Baía Formosa, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente, em até 10 (dez) dias da data da entrega.

4.1. O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetivado após a verificação da regularidade da **licitante vencedora** junto à Seguridade Social - CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF e às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede da **licitante**, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.

4.2. A Prefeitura Municipal de Baía Formosa reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos não estiverem de acordo com as especificações dispostas neste Edital.

4.3. A Prefeitura Municipal de Baía Formosa poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **licitante vencedora**, nos termos deste **Pregão**.

4.4. Nenhum pagamento será efetuado à **licitante vencedora** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

5 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As eventuais contratações da respectiva despesa decorrente do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento desta Prefeitura Municipal, cujos pagamentos serão através de recursos ordinários do município.

6 DA PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

<u>Lote 001 – 56 Itens</u>			
	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
001	<u>BATERIA ALCALINA 9V</u> , PARA MICROFONE, INSTRUMENTOS MUSICAIS E OUTROS, PACOTE C/ 01 UNIDADE.	PCT	50
002	<u>BLOCO POST-IT AUTO ADESIVO MARCADOR</u> PAGINA FICHÁRIO LEMBRETE, C/ 100 MARCADORES COLORIDOS	PCT	20
003	<u>BORRACHA BRANCA ESCOLAR Nº40</u> C/40 UND. 1ª QUALIDADE	CX	150
004	<u>BORRACHA PONTEIRA</u> CX C/50 UND.	CX	150
005	<u>CAIXA ORGANIZADORA PAPEL</u> , MATERIAL ESCRITÓRIO MESA TRIPLA MOVEL EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, MEDIDAS: 18,4CM ALTURA X 26,6 LARGURA X 51,5 COMPRIMENTO	UND	30
006	<u>CALCULADORA 12 DIGITOS</u> VISOR ISD MÉDIA (PILHA)	UND	50
007	<u>CALCULADORA SIMPLES</u> PEQUENA (PILHA)	UND	70
008	<u>CANETA ESFEROGRAFICA AZUL</u> - CAIXA COM 50	CX	140
009	<u>CANETA ESFEROGRAFICA PRETA</u> - CAIXA COM 50	CX	50
010	<u>CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA</u> - CAIXA COM 50	CX	60
011	<u>CANETA P/ RETROPROJETOR 2.0MM</u> PONTA MÉDIA, COR AZUL	UND	50
012	<u>CANETA PARA CD E DVD PONTA MÉDIA</u> 2.0 MM C/12 UND	CX	50
013	<u>CINTA ELÁSTICA P/ DOCUMENTOS</u> - PRETO 4 CM LARGURA X 25CM COMPRIMENTO, PCT C/ 10 UND.	PCT	20

014	<u>CLIPS EM METAL NIQUELADO P/ PAPEL Nº 1/0</u> CX C/ 100 UND.	CX	200
015	<u>CLIPS EM METAL NIQUELADO P/ PAPEL Nº 2/0</u> CX C/ 100 UND.	CX	300
016	<u>CLIPS EM METAL NIQUELADO P/ PAPEL Nº 8/0</u> CX C/ 100 UND.	CX	200
017	<u>CLIPS GALVANIZADOS P/ PAPEL Nº 3/0</u> CX C/ 50 UND.	CX	200
018	<u>CLIPS GALVANIZADOS P/ PAPEL Nº 4/0</u> CX/ 50 UND.	CX	200
019	<u>COLA BRANCA LAVÁVEL</u> DE 40 GR DE USO ESCOLAR	UND	750
020	<u>CORDÃO PARA CRACHÁ NYLON PACOTE</u> C/100 UNID. CORES DIVERSAS	PCT	25
021	<u>CORRETIVO LÍQUIDO A BASE DE ÁGUA</u> 18 ML CX C/ 12 UND	CX	120
022	<u>DVD-R</u> CAPACIDADE 4.7GB	UND	400
023	<u>ELÁSTICO LÁTEX SUPER AMARELO N.18</u> PACOTE C/ 500 UNIDADES 1ª QUALIDADE	PCT	20
024	<u>EXTRATOR DE GRAMPO</u>	UND	100
025	<u>FITA CORRETIVA</u> 5MM X 6M (CADA), CAIXA 12 UNIDADES SECAGEM INSTANTÂNEA	CX	20
026	<u>GRAMPEADOR DE MESA 26/6 75G/M²</u> , 20 X 5 X 9MM.	UND	150
027	<u>GRAMPEADOR DE MESA 26/6</u> C/ CAPAC P/ GRAMPEAR ATE 100FLS.	UND	30
028	<u>GRAMPO 103</u> CX C/ 5000 UND.	CX	50
029	<u>GRAMPO 26/6 COBREADO</u> CAIXA C/5000 UND.	CX	200
030	<u>GRAMPO AÇO PARA PASTA TIPO TRILHO 80MM</u> - CX C/ 50 UNID.	CX	10
031	<u>GRAMPO PLÁSTICO BRANCO PARA PASTA COM CAPACIDADE DE APROX. 600 FLS.</u> (REF. SULFITE 75g/M²) PACOTE C/ 50 UNID, MEDIDA PRODUTO 305X163X25MM.	PCT	150
032	<u>GRAMPO PLÁSTICO EM POLIETILENO PRETO COM CAPACIDADE DE APROX. 300 FLS.</u> (REF. SULFITE 75G/M²), DIMENSÕES: 195X7X85 MM, PACOTE C/ 50 UNID.	PCT	50
033	<u>GUILHOTINA AÇO 30CM</u> P/ PAPEL A4, B5, A5, B6 E B7 TRAVA E GUIAS, CAPACIDADE MÍNIMA DE CORTE 10 FOLHAS (GRAMATURA 75G/M²)	UND	10
034	<u>LÁPIS GRAFITE HB Nº2</u> CX C/ 144 UND, CORPO HEXAGONAL.	CX	80
035	<u>LIVRO DE PONTO</u> 4 ASSINATURA 21,6 X 32CM-100 FLS	UND	200
036	<u>LIVRO PROTOCOLO</u> C/100 FLS. UND 100	UND	80
037	<u>MARCA TEXTO AMARELO</u> CX C/12 UND	CX	50
038	<u>MARCA TEXTO ROSA</u> CX C/12 UND	CX	50
039	<u>MARCA TEXTO VERDE</u> CX C/12 UND	CX	50
040	<u>MARCADOR AZUL P/ QUADRO BRANCO</u> CX C/12 UND.	CX	25
041	<u>PASTA CLASSIFICADOR VERDE OFÍCIO 350X230 C/ GRAMPO PLÁSTICO</u> (CAP. MÍN. 300 FLS) PACOTE C/ 50 UNID	PCT	120
042	<u>PASTA CLASSIFICADOR CORES DIVERSAS OFÍCIO 350X230 C/ GRAMPO PLÁSTICO</u> (CAP. MÍN. 300 FLS) PACOTE C/50 UNID.	PCT	120
043	<u>PASTA EM PAPELÃO A/Z 210x297mm</u> , LOMBO LARGO, COR PRETO	UND	500
044	<u>PASTA POLIONDA DE 55MM EM POLIPROPILENO</u> C/ 10 UNID., CORES VARIADAS	PCT	15
045	<u>PASTA POLIONDA TAM. A4 DE 20MM EM POLIPROPILENO</u> C/ 10 UNID., CORES VARIADAS	PCT	150
046	<u>PASTA SANFONADA TRASPARENTE</u> , TAM. A4, C/12 DIVISÕES	UND	400
047	<u>PERFURADOR DE PAPEL 1 FURO P/08 FOLHAS (FLS 75G/M²)</u> , COMPOSIÇÃO: METAL GALVANIZADO	UND	20
048	<u>PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS P/ MÍNIMO 20 FOLHAS (FLS 75G/M²)</u> , MATERIAL: RESINAS TERMOPLÁSTICAS, BORRACHA E METAL.	UND	20
049	<u>PERFURADOR DE PAPEL CAVIA CA-101, 2 FUROS, P/ 60 FOLHAS (FLS 75G/M²)</u> , MATERIAL: FERRO FUNDIDO.	UND	20
050	<u>PILHA ALCALINA AA</u> PACOTE C/04 UNIDADES	PCT	25
051	<u>PILHA ALCALINA AAA</u> PACOTE C/04 UNIDADES	PCT	25
052	<u>PORTA TRECO</u> EM ACRÍLICO ORGANIZADOR DE MESA ESCRITÓRIO CANETA, LÁPIS, CLIPS	UND	50
053	<u>PRENDEDOR PARA PASTAS AZ</u> , PCT C/50 UNID. COMPRIMENTO X LARGURA: 126MM X 18MM, POLIPROPILENO.	PCT	10
054	<u>SUORTE CELULAR E TABLET DE MESA RETRÁTIL MÓVEL</u> , COMPATÍVEL COM DISPOSITIVOS DE 4 A 10 POLEGADAS	UND	25
055	<u>TESOURA GRANDE 21CM</u> EM AÇO INOX, CABO PLÁSTICO EMBORRACHADO, FORMATO ANATOMICO	UND	200
056	<u>UMIFICADOR DE DEDOS</u> EM GLICERINA 12G	UND	100

Lote 002 – 04 Itens

	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
001	<u>BOBINA PARA PLOTTER</u> , 610MMX50M, 75G OFFSET (2"DIAM.INTERNO), SPIRAL - PT 1 BB	UND	50
002	<u>PAPEL OFÍCIO A4 210X297MM BRANCO</u> , GRAMATURA 75 CX C/ 10 RESMA 500 FLS	CX	300
003	<u>PAPEL PESO 40</u> RESMA 100 UNIDADES	PCT	200
004	<u>PAPEL FOTOGRÁFICO A4 180G GLOSSY</u> , PACOTE C/ 50 FOLHAS.	PCT	50

Lote 003 – 86 Itens

	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
001	<u>ALFINETE C/ CABEÇA COLORIDA</u> CX C/ MÍNIMO 50 UNID.	CX	30
002	<u>ALMOFADAS PARA CARIMBOS Nº4 C/ TAMPA</u> PALTICA DE 1 QUALIDADE C/TINT PRETA	UND	100
003	<u>APAGADOR PARA QUADRO BRANCO</u> DE 1 QUALIDADE	UND	200
004	<u>APLICADOR GRANDE P/ COLA QUENTE</u> BIVOLT 40W	UND	100
005	<u>APLICADOR PEQUENO P/COLA QUENTE</u> 10W	UND	100
006	<u>BLOCO AUTO ADESIVO REMOVIVEL MÉDIO AMARELO</u> 75X75MM NEON C/ 100 FLS.	PCT	100
007	<u>BLOCO AUTO ADESIVO REMOVIVEL P/ RECADO</u> PQ.38,1X50,8MM PCT C/ 4 UND. C/ 100 FLS.	PCT	130
008	<u>BOLAS DE ISOPOR 100MM</u> DE 1 QUALIDADE	UND	300
009	<u>BOLAS DE ISOPOR 35MM</u> DE 1 QUALIDADE	UND	300
010	<u>BOLAS DE ISOPOR 50MM</u> DE 1 QUALIDADE	UND	300
011	<u>CADERNO BROCHURA FLEXÍVEL 1/4</u> 48FLS 142 X 205MM.	UND	1000
012	<u>CADERNO DESENHO FLEXÍVEL</u> PEQ. 50FLS DE C1 QUALIDADE.	UND	200

013	CADERNO GDE ESPIRAL CAPA DURA 200 FLS	UND	800
014	CAIXA PLASTICA P/ ARQUIVO MORTO 350X140X25MM, PCT C/ 10 UND.	PCT	200
015	CARBONO DUPLA FACE CX C/100FLS.	CX	10
016	CARBONO SIMPLES CX C/100FLS.	CX	10
017	CARTOLINA COMUM 120G/M² (500 X 660MM) DIVERSAS CORES	UND	2000
018	CARTOLINA GUACHE (CORES VARIADAS) UND 500	UND	1000
019	CARTOLINA LAMINADA (48 X 60CM) CORES VARIADAS	UND	2500
020	CD-R VIRGEM P/ GRAVAÇÃO DE ATE 80 MIN C/700MB.	UND	1000
021	COLA EM BASTÃO 10GR. PCT C/ 10 UNID.	PCT	80
022	COLA EVA 40G	UND	250
023	COLA GLITTER ESCOLAR C/6 CORES 23GR VARIADAS, ATOXICA, SOLUVEL EM ÁGUA	CX	250
024	COLA ISOPOR E E.V.A EMBALAGEM 40MG. PCT C/ 06 UNID.	PCT	70
025	COLEÇÃO DE LAPIS HIDROCOR C/ 24 CORES	PCT	400
026	COLEÇÃO DE MADEIRA C/ 12 CORES	CX	1000
027	E.V.A. LAVAVÉL, ATOALHADO TEXTURA HOMOGÊNEA ATÓXICO 40X60X2MM CORES VARIADAS	UND	1300
028	E.V.C. LAVAVÉL C/ GLITTER , TEXTURA HOMOGÊNEA, ATÓXICO 40X60X2MM CORES VARIADAS	UND	1100
029	ENVELOPE BRANCO 240MMX340MM 90GR. CX. C/ 100 UND.	CX	150
030	ENVELOPE RETANGULAR BRANCO 114MX229MM 75GR. CX. C/ 100 UND.	CX	150
031	ENVELOPE SACO BRANCO 75gr 162x229MM, CX. 100 UND.	CX	200
032	ENVELOPE SACO BRANCO 90GR. 229X324 TAM. A4 CX. C/ 100 UND.	CX	150
033	ENVELOPE SACO KRAFT OURO 80GR. 229X324MM TAM. A4 CX. C/ 100 UND.	CX	250
034	ENVELOPE TIPO SACO PAPEL MADEIRA 80GR 176X250MM. PCT C/ 100 UND.	PCT	100
035	ENVELOPE TIPO SACO PAPEL MADEIRA 80GR 260X360MM. PCT C/ 100 UND.	PCT	100
036	ENVELOPE TIPO SACO PAPEL MADEIRA 80GR 470X370MM.	CX	20
037	ESTILETE MULTITUSO PROFISSIONAL.	PCT	250
038	FITA ADESIVA ESTREITA TRANSPARENTE C/12MMX40M.	UND	100
039	FITA ADESIVA TRANS. DE POLIPROPILENO (DUREX) GDE C/50MTSX12MM.	UND	120
040	FITA CREPE 19MMX50MTS GD	UND	200
041	FITA DES. C/ 50MTSX16MM	ROLO	50
042	FITA DUPLA FACE GDE C/ 19MM X 30MTS	UND	110
043	FITA GOMADA LARGA 45MM X 50M	UND	150
044	FITA GREPE C/ 19MMX10MTSX16MM, MEDIO	ROLO	50
045	FITA TRANSPARENTE COM 50MMX50MT	UND	120
046	FORMULÁRIO CONTÍNUO 80 COLUNAS 1 VIA CX C/2500FLS	CX	5
047	FORMULÁRIO CONTÍNUO 80 COLUNAS CX C/3000FLS.	CX	40
048	GIZ DE CERA GROSSO C/ 12 CORES VARIADAS.	CX	500
049	GIZ PLASTIFICADO COLORIDO C/50 BASTÕES 80MM, 11MM, 250G.	CX	100
050	GLITTER PVC CX 12 TUBOS DE 10 DE 3,5GR CORES VARIADAS. CX 500	CX	200
051	ISOPOR 0,45 X 1,00 M, ESPESSURA DE 15MM.	PCT	50
052	ISOPOR 0,45 X 1,00M, ESPESSURA DE 10MM.	PCT	50
053	ISOPOR 0,45 X 1,00MM, ESPESSURA DE 45MM.	PCT	100
054	ISOPOR 0,45 X1,00MM, ESPESSURA DE 20MM.	PCT	50
055	ISOPOR 0,45 X1,00MM, ESPESSURA DE 30MM.	PCT	50
056	ISOPOR 0,45 X1,00MM, ESPESSURA DE 40MM.	PCT	50
057	LÁPIS DE COR GDE JUMBO TRIANGULAR C/12 UND C/ CORES VIVAS.	CX	500
058	LIVRO DE ATA S/ MARGEM 21,6 X 32 C/ 100FLS NUMERADAS, CAPA DURA.	UND	100
059	LIVRO DE ATA S/ MARGEM 21,6 X 32 C/ 200FLS NUMERADAS, CAPA DURA.	UND	100
060	MARCADOR PRETO P/ QUADRO BRANCO CX C/12 UND.	CX	100
061	MARCADOR VERMELHO P/ QUADRO BRANCO CX C/12 UND.	CX	100
062	MASSA DE MODELAR C/2 CORES CX C/ 180G CORES VIVAS.	CX	500
063	PAPEL CAMURÇA FINO 40X60CM CORES VARIADAS	PCT	300
064	PAPEL CARTÃO LAMINADO 48 X66 CM CORES	PCT	250
065	PAPEL CELOFONE 90X69CM CORES VARIADAS	PCT	300
066	PAPEL MADEIRA 66X9,6 CORES VARIADAS.	PCT	20
067	PAPEL SEDA 48X60CM CORES VARIADAS. PCT 300	PCT	100
068	PAPEL VERGE COR BRANCO 180G/M ² PCT C/50FLS	PCT	16
069	PAPEL VERGE COR PALHA 180G/M ² PCT C/50FLS	PCT	16
070	PAPEL VERGE COR SALMÃO 180G/M ² PCT C/50FLS	PCT	16
071	PASTA ARQUIVO SANFONADA TRANSPARETE, TAM A4 31 DIVISÓRIAS.	UND	100
072	PASTA C/ ABA ELÁSTICO TRANSP. FINA TAM. A4 DIMENSÕES 310X220MM. PCT C/ 10 UNID. DIVERSAS CORES.	PCT	200
073	PASTA C/ ABA ELÁSTICO TRANSP.GROSSA 34X25X6CM. PACOTE C/ 10 UNID. CORES VARIADAS.	PCT	50
074	PASTA SUSPENSÁ PLÁSTICA SOFT Cristal FORMATO 245X367MM - PCT C/ 10 UNID.	PCT	60
075	PINCEL ATÔMICO AZUL CX C/ 12	UND	100
076	PINCEL ATÔMICO PRETO CX C/ 12 UND	UND	100
077	PINCEL ATÔMICO VERMELHO CX C/ 12 UND.	UND	100
078	REABASTECEDOR P/ PINCEL ATÔMICO.	UND	100
079	RÉGUA PLÁSTICA TRANSP. 30CM C/ MARCAÇÃO EM CM E MM.	UND	200
080	RÉGUA PLÁSTICA TRANSP. 50CM C/ MARCAÇÃO EM CM E MM.	UND	100
081	T.N.T. C/ LARGURA DE 1,45M CORES VARIADAS. ROLO C/ 50 MT	ROLO	200
082	TESOURA SEM PONTA 13 CM EM AÇO E CABO POLIPROPILENO	UND	100
083	TINTA C/ GLITTER P/ TECIDO TIPO RELEVO, NÃO TÓXICA C/ 35 ML.	CX	300
084	TINTA GUACHE ESCOLAR NÃO TÓXICA C/250ML CX C/ 6 UND.	CX	250
085	TINTA PRETA P/CARIMBO e P/AUTO-ENTINTADO 40ML DE 1 QUALIDADE	UND	30
086	TOALHA DE PAPEL INTERFOLHADA 22,5X21CM PCT C/1000 FLS.	PCT	1000

Baía Formosa/RN, 07 de novembro de 2023.



Documento assinado digitalmente

EDSON BARBOSA DA SILVA

Data: 07/11/2023 15:19:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EDSON BARBOSA DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Nesta, estou ciente das especificações e condições aqui elencadas, ao mesmo tempo em que aprovo o presente Termo de Referência.



CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI
Prefeita



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIA FORMOSA
Rua Doutor Manoel Francisco de Melo – Centro

CNPJ 08.161.341/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ADENDO I

ANEXO III - Minuta Contratual N.º XXX/2023

Contrato de fornecimento, que entre si celebram a
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIA
FORMOSA/RN, e

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIA FORMOSA/RN, estabelecido à Rua Adauto Dornelas Câmara, n.º 165 - Centro - Baía Formosa/RN, neste ato representado por sua prefeita a Sr.ª CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI, Prefeita constitucional do município de Baía Formosa/RN, inscrito no CPF/MF sob o n.º 072.067.834-06, residente e domiciliada à Avenida Costeira, S/N - Centro - Baía Formosa/RN; e do outro lado a empresa xxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º 00.000.000/0001-00, com sede à Rua xxxxxxxxxxxx, neste ato representado pelo Sr(a). xxxxxxxxxxxx, estado civil, portador(a) da Cédula de Identidade de n.º 000.000 - SSP/XX, inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º 000.000.000-00, residente e domiciliado à, têm justo e contratado o que consta das Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS, para Eventual e futura a aquisição de Material de Expediente & Escolar, os quais serão destinados aos diversos Setores, Programas e Secretarias Municipais, Escolas Municipais, Postos e Programas da Saúde e Assistência Social deste município de Baía Formosa/RN.

Parágrafo único - Os elementos constantes na proposta de preços, ficam fazendo parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor deste contrato totaliza a estimativa global de R\$ _____ (_____), devidamente computados os impostos, taxas, transportes, seguros, salários e demais ônus que venham a recair sobre o mesmo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para pagamento do fornecimento de que trata este contrato, são oriundos das seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recursos Financeiros: Quanto a fonte de recursos financeiros usaremos:

Unidade Orçamentária	00.000 - Secretaria XXXXXXXX
Ação	0000 - XXXXXXXXXX
Natureza da despesa	0.0.00.00 - XXXXXXXX

CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integra o presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor considera-se conhecido e acatado pelas partes:

- a) Proposta do Contratado
- b) Normas da Lei nº 8.666/93, suas alterações e legislação correlata superveniente.
- c) Edital proveniente do Pregão Eletrônico n.º XXX/2023 - CPL/PMBF

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

Este contrato terá sua vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que seja de interesse das partes, de conformidade com o Art. 57, Inciso II.

CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

Este contrato será executado de forma indireta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A Contratante obriga-se a:

- a) fiscalizar, durante a vigência deste contrato, a manutenção, por parte do Contratado, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- b) realizar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- c) facilitar o acesso da Contratada ao local para o bom desempenho do cumprimento deste contrato;
- d) esclarecer o Contratado toda e qualquer dúvida com referência ao fornecimento, de imediato, quando solicitado verbalmente, ou no máximo de 03 (três) dias úteis, quando oficializado por escrito;
- e) acompanhar e fiscalizar a perfeita execução deste contrato através de servidor e/ou comissão designada para este fim;
- f) emitir ordens de compra, individualmente ou em blocos, de acordo com o fornecimento do material.

O Contratado obriga-se a:

- a) Fornecer o material, objeto da Cláusula Primeira deste contrato, obedecendo as normas técnicas, especificações e demais elementos que integram este instrumento bem como o Termo de Referência oriundo do processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico n.º XXX/2023 - CPL/PMBF;
- b) Fornecer da forma pactuada, sem ônus adicional para a Contratante, tais como: salários, encargos sociais de seus empregados e outros decorrentes do vínculo empregatício, necessário para sua plena execução;
- c) responder por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da prestação do serviço objeto deste contrato;
- d) eleger profissional de sua confiança para intermediar os procedimentos burocráticos entre as partes contratantes;

- e) comunicar imediatamente à Contratante, ocorrências de qualquer impedimento ao fornecimento do material, oficializando a comunicação no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas;
- f) prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização da Contratante sobre o desenvolvimento do fornecimento do material sob sua responsabilidade, acusando os eventuais problemas encontrados para o fornecimento;
- g) reparar, corrigir, no total ou em parte, durante e após o fornecimento, e às suas expensas, o objeto do Contrato onde se verifique a existência de vícios, incorreções, defeitos ou falhas, resultante do fornecimento;
- h) acatar as ordens de compra emitidas pela Contratante, individualmente ou em blocos, de acordo com o andamento do fornecimento do material ora licitado;

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

§ 1º - O pagamento das faturas correspondentes ao fornecimento, objeto deste contrato, será realizado de acordo com seu fornecimento, em até 10 (dez) dias do mês subsequente.

§ 2º - No preço pago pela Contratante ao Contratado já estão incluídos todos os impostos, obrigações sociais, mão-de-obra, material necessário para a prestação do serviço e custos diretos e indiretos incidentes.

§ 3º - O pagamento é condicionado ao atesto do real fornecimento, emitido por comissão designada para este fim.

§ 5º - Não será devida, pela Contratante ao Contratado, atualização monetária.

§ 6º - No ato do pagamento serão retidos da Contratada os valores referentes a:

- a) Imposto sobre Serviços – ISS, conforme dispõe Legislação pertinente à matéria;
- b) Contribuição social devida ao INSS; (quando for o caso)
- c) Recolhimento de IRRF (quando for o caso)

CLÁUSULA NONA – DOS PREÇOS E REAJUSTES

Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, salvo nas hipóteses de fatos supervenientes que comprovadamente ocasione o desequilíbrio financeiro, de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, na forma estabelecida a seguir:

- a) 0,2% do valor do contrato, por dia de atraso para o início do fornecimento.

A multa a que se refere esta cláusula será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

Pela inexecução total ou parcial do contrato a administração poderá aplicar as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 2% (dois por cento), do valor do contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Municipal, facultada a defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, poderão ser aplicadas conjuntamente com a alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, a critério da Contratante, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extra judicial, nas seguintes hipóteses:

a) inobservância ou inadimplemento de quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato, bem como de seus documentos integrantes;

b) por conveniência da Contratante, mediante notificação com prova de recebimento e antecedência mínima de 30 (trinta) dias sem pagamento à Contratada, de qualquer indenização;

c) nas hipóteses previstas na Seção V do Capítulo III da Lei nº 8.666/93;

d) recusar-se o Contratado a fornecer o material, de acordo com as especificações, condições e prazos estipulados neste contrato;

e) transferir o Contratado, em todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste Termo, sem prévia anuência da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Os casos omissos deste contrato serão resolvidos de acordo com os termos da Lei nº 8.666/93, suas posteriores alterações e legislação correlata superveniente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA MANUTENÇÃO DE TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO

Durante a vigência deste contrato, a Contratada tem a obrigação de manter e comprovar perante a Contratante todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da realização do procedimento licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

De conformidade com o disposto no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93, este Contrato será publicado, na forma de extrato, no Quadro de Avisos Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Para dirimir questões oriundas deste contrato será competente o Foro de Canguaretama/RN.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor que, lido e achado conforme, vai assinado com as testemunhas.

Baia Formosa (RN), ____ de _____ de 2023.

PELO CONTRATANTE:

CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI

Prefeita

PELA CONTRATADA:

.....



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA
Rua Adauto Dornelas Câmara, 165 – Baía Formosa/RN
CNPJ: 08.161.341/0001-50

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Designado pela Portaria n.º 007/2024, de 16 de janeiro de 2024.

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/2024

No dia ____ (____) do mês de _____ de 2024, no Município de Baía Formosa/RN, foi registrado os preços abaixo relacionados, para REGISTRO DE PREÇOS, para Eventual e futura Aquisição de Material de Expediente & Escolar, os quais serão destinados aos diversos Setores, Programas e Secretarias Municipais, Escolas Municipais, Postos e Programas da Saúde e Assistência Social deste município de Baía Formosa/RN, resultante do Pregão Eletrônico nº 006/2024 e Processo Administrativo nº 17060001/24 para Sistema de Registro de Preços:

Lote 001 – 56 Itens

	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	BATERIA ALCALINA 9V , PARA MICROFONE, INSTRUMENTOS MUSICAIS E OUTROS, PACOTE C/ 01 UNIDADE.	PCT	50		
002	BLOCO POST-IT AUTO ADESIVO MARCADOR PAGINA FICHÁRIO LEMBRETE, C/ 100 MARCADORES COLORIDOS	PCT	20		
003	BORRACHA BRANCA ESCOLAR Nº40 C/40 UND. 1ª QUALIDADE	CX	150		
004	BORRACHA PONTEIRA CX C/50 UND.	CX	150		
005	CAIXA ORGANIZADORA PAPEL , MATERIAL ESCRITÓRIO MESA TRIPLA MOVEL EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, MEDIDAS: 18,4CM ALTURA X 26,6 LARGURA X 51,5 COMPRIMENTO	UND	30		
006	CALCULADORA 12 DIGITOS VISOR ISD MÉDIA (PILHA)	UND	50		
007	CALCULADORA SIMPLES PEQUENA (PILHA)	UND	70		
008	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL - CAIXA COM 50	CX	140		
009	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA - CAIXA COM 50	CX	50		
010	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA - CAIXA COM 50	CX	60		
011	CANETA P/ RETROPROJETOR 2.0MM PONTA MÉDIA, COR AZUL	UND	50		
012	CANETA PARA CD E DVD PONTA MÉDIA 2.0 MM C/12 UND	CX	50		
013	CINTA ELÁSTICA P/ DOCUMENTOS - PRETO 4 CM LARGURA X 25CM COMPRIMENTO, PCT C/ 10 UND.	PCT	20		
014	CLIPS EM METAL NIQUELADO P/ PAPEL Nº 1/0 CX C/ 100 UND.	CX	200		
015	CLIPS EM METAL NIQUELADO P/ PAPEL Nº 2/0 CX C/ 100 UND.	CX	300		
016	CLIPS EM METAL NIQUELADO P/ PAPEL Nº 8/0 CX C/ 100 UND.	CX	200		
017	CLIPS GALVANIZADOS P/ PAPEL Nº 3/0 CX C/ 50 UND.	CX	200		
018	CLIPS GALVANIZADOS P/ PAPEL Nº 4/0 CX/ 50 UND.	CX	200		
019	COLA BRANCA LAVÁVEL DE 40 GR DE USO ESCOLAR	UND	750		
020	CORDÃO PARA CRACHÁ NYLON PACOTE C/100 UNID. CORES DIVERSAS	PCT	25		
021	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE AGUA 18 ML CX C/ 12 UND	CX	120		
022	DVD-R CAPACIDADE4.7GB	UND	400		
023	ELÁSTICO LÁTEX SUPER AMARELO N.18 PACOTE C/ 500 UNIDADES 1ª QUALIDADE	PCT	20		
024	EXTRATOR DE GRAMPO	UND	100		
025	FITA CORRETIVA 5MM X 6M (CADA), CAIXA 12 UNIDADES SECAGEM INSTANTÂNEA	CX	20		
026	GRAMPEADOR DE MESA 26/6 75G/M² , 20 X 5 X9MM.	UND	150		
027	GRAMPEADOR DE MESA 26/6 C/ CAPAC P/ GRAMPEAR ATE 100FLS.	UND	30		
028	GRAMPO 103 CX C/ 5000 UND.	CX	50		
029	GRAMPO 26/6 COBREADO CAIXA C/5000 UND.	CX	200		
030	GRAMPO AÇO PARA PASTA TIPO TRILHO 80MM - CX C/ 50 UNID.	CX	10		
031	GRAMPO PLASTICO BRANCO PARA PASTA COM CAPACIDADE DE APROX. 600 FLS. (REF. SULFITE 75g/M²) PACOTE C/ 50 UNID, MEDIDA PRODUTO 305X163X25MM.	PCT	150		

032	GRAMPO PLÁSTICO EM POLIETILENO PRETO COM CAPACIDADE DE APROX. 300 FLS. (REF. SULFITE 75G/M ²), DIMENSÕES: 195X7X85 MM, PACOTE C/ 50 UND.	PCT	50		
033	GUILHOTINA AÇO 30CM P/ PAPEL A4, B5, A5, B6 E B7 TRAVA E GUIAS, CAPACIDADE MÍNIMA DE CORTE 10 FOLHAS (GRAMATURA 75G/M ²)	UND	10		
034	LÁPIS GRAFITE HB Nº2 CX C/ 144 UND, CORPO HEXAGONAL.	CX	80		
035	LIVRO DE PONTO 4 ASSINATURA 21,6 X32CM-100 FLS	UND	200		
036	LIVRO PROTOCOLO C/100 FLS. UND 100	UND	80		
037	MARCA TEXTO AMARELO CX C/12 UND	CX	50		
038	MARCA TEXTO ROSA CX C/12 UND	CX	50		
039	MARCA TEXTO VERDE CX C/12 UND	CX	50		
040	MARCADOR AZUL P/ QUADRO BRANCO CX C/12 UND.	CX	25		
041	PASTA CLASSIFICADOR VERDE OFÍCIO 350X230 C/ GRAMPO PLÁSTICO (CAP. MÍN. 300 FLS) PACOTE C/ 50 UNID	PCT	120		
042	PASTA CLASSIFICADOR CORES DIVERSAS OFÍCIO 350X230 C/ GRAMPO PLÁSTICO (CAP. MÍN. 300 FLS) PACOTE C/50 UNID.	PCT	120		
043	PASTA EM PAPELÃO A/Z 210x297mm , LOMBO LARGO, COR PRETO	UND	500		
044	PASTA POLIONDA DE 55MM EM POLIPROPILENO C/ 10 UNID., CORES VARIADAS	PCT	15		
045	PASTA POLIONDA TAM. A4 DE 20MM EM POLIPROPILENO C/ 10 UNID., CORES VARIADAS	PCT	150		
046	PASTA SANFONADA TRANSPARENTE , TAM. A4, C/12 DIVISÕES	UND	400		
047	PERFURADOR DE PAPEL 1 FURO P/08 FOLHAS (FLS 75G/M²) , COMPOSIÇÃO: METAL GALVANIZADO	UND	20		
048	PERFURADOR DE PAPEL 2 FUIROS P/ MÍNIMO 20 FOLHAS (FLS 75G/M²) , MATERIAL: RESINAS TERMOPLÁSTICAS, BORRACHA E METAL.	UND	20		
049	PERFURADOR DE PAPEL CAVIA CA-101. 2 FUIROS. P/ 60 FOLHAS (FLS 75G/M²) , MATERIAL: FERRO FUNDIDO.	UND	20		
050	PILHA ALCALINA AA PACOTE C/04 UNIDADES	PCT	25		
051	PILHA ALCALINA AAA PACOTE C/04 UNIDADES	PCT	25		
052	PORTA TRECO EM ACRÍLICO ORGANIZADOR DE MESA ESCRITÓRIO CANETA, LÁPIS, CLIPS	UND	50		
053	PRENDEDOR PARA PASTAS AZ , PCT C/50 UNID. COMPRIMENTO X LARGURA: 126MM X 18MM, POLIPROPILENO.	PCT	10		
054	SUORTE CELULAR E TABLET DE MESA RETRÁTIL MÓVEL , COMPATÍVEL COM DISPOSITIVOS DE 4 A 10 POLEGADAS	UND	25		
055	TESOURA GRANDE 21CM EM AÇO INOX, CABO PLÁSTICO EMBORRACHADO, FORMATO ANATOMICO	UND	200		
056	UMIFICADOR DE DEDOS EM GLICERINA 12G	UND	100		

Licitante Vencedor/Detentor da Ata de Registro de Preço: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ E-mail: _____

Lote 002 – 04 Itens

	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	BOBINA PARA PLOTTER , 610MMX50M, 75G OFFSET (2"DIAM.INTERNO), SPIRAL - PT 1 BB	UND	50		
002	PAPEL OFÍCIO A4 210X297MM BRANCO , GRAMATURA 75 CX C/ 10 RESMA 500 FLS	CX	300		
003	PAPEL PESO 40 RESMA 100 UNIDADES	PCT	200		
004	PAPEL FOTOGRÁFICO A4 180G GLOSSY , PACOTE C/ 50 FOLHAS.	PCT	50		

Licitante Vencedor/Detentor da Ata de Registro de Preço: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ E-mail: _____

Lote 003 – 86 Itens

	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	ALFINETE C/ CABEÇA COLORIDA CX C/ MÍNIMO 50 UNID.	CX	30		
002	ALMOFADAS PARA CARIMBOS Nº4 C/ TAMPA PALTICA DE 1 QUALIDADE C/TINT PRETA	UND	100		

003	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO DE 1 QUALIDADE	UND	200	
004	APLICADOR GRANDE P/ COLA QUENTE BIVOLT 40W	UND	100	
005	APLICADOR PEQUENO P/COLA QUENTE 10W	UND	100	
006	BLOCO AUTO ADESIVO REMOVIVEL MÉDIO AMARELO 75X75MM NEON C/ 100 FLS.	PCT	100	
007	BLOCO AUTO ADESIVO REMOVIVEL P/ RECADO PQ.38,1X50,8MM PCT C/ 4 UND. C/ 100 FLS.	PCT	130	
008	BOLAS DE ISOPOR 100MM DE 1 QUALIDADE	UND	300	
009	BOLAS DE ISOPOR 35MM DE 1 QUALIDADE	UND	300	
010	BOLAS DE ISOPOR 50MM DE 1 QUALIDADE	UND	300	
011	CADERNO BROCHURA FLEXIVEL ¹/4 48FLS 142 X 205MM.	UND	1000	
012	CADERNO DESENHO FLEXÍVEL PEQ. 50FLS DE C1 QUALIDADE.	UND	200	
013	CADERNO GDE ESPIRAL CAPA DURA 200 FLS	UND	800	
014	CAIXA PLÁSTICA P/ ARQUIVO MORTO 350X140X25MM, PCT C/ 10 UND.	PCT	200	
015	CARBONO DUPLA FACE CX C/100FLS.	CX	10	
016	CARBONO SIMPLES CX C/100FLS.	CX	10	
017	CARTOLINA COMUM 120G/M² (500 X 660MM) DIVERSAS CORES	UND	2000	
018	CARTOLINA GUACHE (CORES VARIADAS) UND 500	UND	1000	
019	CARTOLINA LAMINADA (48 X 60CM) CORES VARIADAS	UND	2500	
020	CD-R VIRGEM P/ GRAVAÇÃO DE ATE 80 MIN C/700MB.	UND	1000	
021	COLA EM BASTÃO 10GR. PCT C/ 10 UNID.	PCT	80	
022	COLA EVA 40G	UND	250	
023	COLA GLITTER ESCOLAR C/6 CORES 23GR VARIADAS, ATOXICA, SOLUVEL EM ÁGUA	CX	250	
024	COLA ISOPOR E E.V.A EMBALAGEM 40MG. PCT C/ 06 UNID.	PCT	70	
025	COLEÇÃO DE LAPÍIS HIDROCOR C/ 24 CORES	PCT	400	
026	COLEÇÃO DE MADEIRA C/ 12 CORES	CX	1000	
027	E.V.A. LAVAVÉL. ATOALHADO TEXTURA HOMOGÊNEA ATÓXICO 40X60X2MM CORES VARIADAS	UND	1300	
028	E.V.C LAVAVÉL C/ GLITTER. TEXTURA HOMOGÊNEA, ATÓXICO 40X60X2MM CORES VARIADAS	UND	1100	
029	ENVELOPE BRANCO 240MMX340MM 90GR. CX. C/ 100 UND.	CX	150	
030	ENVELOPE RETANGULAR BRANCO 114MX229MM 75GR. CX. C/ 100 UND.	CX	150	
031	ENVELOPE SACO BRANCO 75gr 162x229MM, CX. 100 UND.	CX	200	
032	ENVELOPE SACO BRANCO 90GR. 229X324 TAM. A4 CX. C/ 100 UND.	CX	150	
033	ENVELOPE SACO KRAFT OURO 80GR. 229X324MM TAM. A4 CX. C/ 100 UND.	CX	250	
034	ENVELOPE TIPO SACO PAPEL MADEIRA 80GR 176X250MM. PCT C/ 100 UND.	PCT	100	
035	ENVELOPE TIPO SACO PAPEL MADEIRA 80GR 260X360MM. PCT C/ 100 UND.	PCT	100	
036	ENVELOPE TIPO SACO PAPEL MADEIRA 80GR 470X370MM.	CX	20	
037	ESTILETE MULTIUSO PROFISSIONAL.	PCT	250	
038	FITA ADESIVA ESTREITA TRANSPARENTE C/12MMX40M.	UND	100	
039	FITA ADESIVA TRANS. DE POLIPROPILENO (DUREX) GDE C/50MTSX12MM.	UND	120	
040	FITA CREPE 19MMX50MTS GD	UND	200	
041	FITA DES. C/ 50MTSX16MM	ROLO	50	
042	FITA DUPLA FACE GDE C/ 19MM X 30MTS	UND	110	
043	FITA GOMADA LARGA 45MM X 50M	UND	150	
044	FITA GREPE C/ 19MMX10MTSX16MM, MEDIO	ROLO	50	
045	FITA TRANSPARENTE COM 50MMX50MT	UND	120	
046	FORMULÁRIO CONTÍNUO 80 COLUNAS 1 VIA CX C/2500FLS	CX	5	
047	FORMULÁRIO CONTÍNUO 80 COLUNAS CX C/3000FLS.	CX	40	
048	GIZ DE CERA GROSSO C/ 12 CORES VARIADAS.	CX	500	
049	GIZ PLASTIFICADO COLORIDO C/50 BASTÕES 80MM, 11MM, 250G.	CX	100	
050	GLITTER PVC CX 12 TUBOS DE 10 DE 3,5GR CORES VARIADAS. CX 500	CX	200	
051	ISOPOR 0.45 X 1.00 M. ESPESSURA DE 15MM.	PCT	50	
052	ISOPOR 0.45 X 1.00M. ESPESSURA DE 10MM.	PCT	50	
053	ISOPOR 0.45 X 1.00MM. ESPESSURA DE 45MM.	PCT	100	
054	ISOPOR 0.45 X1.00MM. ESPESSURA DE 20MM.	PCT	50	
055	ISOPOR 0.45 X1.00MM. ESPESSURA DE 30MM.	PCT	50	
056	ISOPOR 0.45 X1.00MM. ESPESSURA DE 40MM.	PCT	50	
057	LÁPIS DE COR GDE JUMBO TRIANGULAR C/12 UND C/ CORES VIVAS.	CX	500	
058	LIVRO DE ATA S/ MARGEM 21.6 X 32 C/ 100FLS NUMERADAS, CAPA DURA.	UND	100	
059	LIVRO DE ATA S/ MARGEM 21.6 X 32 C/ 200FLS NUMERADAS, CAPA DURA.	UND	100	

060	MARCADOR PRETO P/ QUADRO BRANCO CX C/12 UND.	CX	100		
061	MARCADOR VERMELHO P/ QUADRO BRANCO CX C/12 UND.	CX	100		
062	MASSA DE MODELAR C/2 CORES CX C/ 180G CORES VIVAS.	CX	500		
063	PAPEL CAMURÇA FINO 40X60CM CORES VARIADAS	PCT	300		
064	PAPEL CARTÃO LAMINADO 48 X66 CM CORES	PCT	250		
065	PAPEL CELOFONE 90X69CM CORES VARIADAS	PCT	300		
066	PAPEL MADEIRA 66X9,6 CORES VARIADAS.	PCT	20		
067	PAPEL SEDA 48X60CM CORES VARIADAS. PCT 300	PCT	100		
068	PAPEL VERGE COR BRANCO 180G/M ² PCT C/50FLS	PCT	16		
069	PAPEL VERGE COR PALHA 180G/M ² PCT C/50FLS	PCT	16		
070	PAPEL VERGE COR SALMÃO 180G/M ² PCT C/50FLS	PCT	16		
071	PASTA ARQUIVO SANFONADA TRANSPARETE , TAM A4 31 DIVISÓRIAS.	UND	100		
072	PASTA C/ ABA ELÁSTICO TRANSP. FINA TAM. A4 DIMENSÕES 310X220MM , PCT C/ 10 UNID. DIVERSAS CORES.	PCT	200		
073	PASTA C/ ABA ELÁSTICO TRANSP.GROSSA 34X25X6CM , PACOTE C/ 10 UNID. CORES VARIADAS.	PCT	50		
074	PASTA SUSPENSÁ PLÁSTICA SOFT Cristal FORMATO 245X367MM - PCT C/ 10 UNID.	PCT	60		
075	PINCEL ATÔMICO AZUL CX C/ 12	UND	100		
076	PINCEL ATÔMICO PRETO CX C/ 12 UND	UND	100		
077	PINCEL ATÔMICO VERMELHO CX C/ 12 UND.	UND	100		
078	REABASTECEDOR P/ PINCEL ATÔMICO.	UND	100		
079	RÉGUA PLÁSTICA TRANSP. 30CM C/ MARCAÇÃO EM CM E MM.	UND	200		
080	RÉGUA PLÁSTICA TRANSP. 50CM C/ MARCAÇÃO EM CM E MM.	UND	100		
081	T.N.T. C/ LARGURA DE 1,45M CORES VARIADAS. ROLO C/ 50 MT	ROLO	200		
082	TESOURA SEM PONTA 13 CM EM AÇO E CABO POLIPROPILENO	UND	100		
083	TINTA C/ GLITTER P/ TECIDO TIPO RELEVO , NÃO TÓXICA C/ 35 ML	CX	300		
084	TINTA GUACHE ESCOLAR NÃO TÓXICA C/250ML CX C/ 6 UND.	CX	250		
085	TINTA PRETA P/CARIMBO e P/AUTO-ENTINTADO 40ML DE 1 QUALIDADE	UND	30		
086	TOALHA DE PAPEL INTERFOLHADA 22,5X21CM PCT C/1000 FLS.	PCT	1000		

Licitante Vencedor/Detentor da Ata de Registro de Preço: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ E-mail: _____

TOTAL REGISTRADO:

R\$ 0,00 (_____)

1 DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

A Ata de Registro de Preços terá validade de no máximo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser renovado por igual período.

2 DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO:

2. A execução do objeto do contrato realizar-se-á nos locais determinados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e/ou Setor Requisitante, os quais deverão executar em até 30 (trinta) dias da solicitação, e efetuadas por conta e risco da proponente vencedora, conforme orientação do órgão gestor e nos locais especificado ao final.

2.1 As marcas dos produtos cotados necessários a execução do objeto do contrato não poderão ser substituídas no decorrer da validade da Ata de Registro de Preços, sem a solicitação prévia da contratante e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

2.2 O(a) licitante sujeitar-se-á à fiscalização da execução do objeto do contrato, reservando-se à Prefeitura Municipal de Baía Formosa/RN, o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

2.3 A execução do objeto do contrato poderá eventualmente ser suspensas ou alteradas, a critério do órgão gestor.

2.4 O transporte e a descarga dos materiais necessários para a execução do objeto do contrato correrão por conta das firmas vencedoras sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.

2.5 Da correção da execução do objeto do contrato:

A empresa licitante deverá se comprometer a corrigir a execução do objeto do contrato, quando:

- a) Houver, execução do objeto do contrato inadequadas.
- b) A execução do objeto do contrato não atender às especificações deste edital.

2.6 A execução do objeto do contrato realizar-se-á nos locais designados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/Setor Requisitante.

3 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3. A licitante vencedora deverá apresentar nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, na qual deverá constar o número do Processo para liquidação e pagamento da despesa pela Prefeitura do Município de Baía Formosa, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente, em até 10 (dez) dias da data da entrega.

3.1. O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetivado após a verificação da regularidade da licitante vencedora junto à Seguridade Social - CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF e às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede da licitante, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.

3.2. A Prefeitura Municipal de Baía Formosa reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, a execução do objeto do contrato não estiver de acordo com as especificações dispostas neste Edital.

3.3. A Prefeitura Municipal de Baía Formosa poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.

3.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

4 DAS PENALIDADES:

4. Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Baía Formosa e será descredenciada no Sistema de Fornecedores do Portal de Compras Governamentais e do cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Baía Formosa, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e demais cominações legais a licitante que:

4.1. Não assinar o contrato/Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

4.2. Deixar de entregar documentação exigida no Edital;

4.3. Apresentar documentação falsa;

4.4. Não mantiver a proposta;

4.5. Comportar-se de modo inidôneo;

4.6. Fizer declaração falsa;

4.7. Cometer fraude fiscal.

4.8. Em caso de atraso injustificado na execução do objeto do contrato será aplicada multa de mora à licitante vencedora, no valor correspondente de 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor da execução do objeto do contrato, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias.

4.9. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Administração da Prefeitura Municipal de Baía Formosa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

4.10. Advertência;

4.11. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Registro de Preço, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

4.12. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

4.13. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Prefeitura Municipal de Baía Formosa pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

5 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

5.1 O preços registrados poderão ser reajustados mediante os requisitos da Lei Federal n.º 14.133/21.

5.2 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

6 DA SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

6.1 O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de cinco dias úteis, nos seguintes casos:

I - Pela Administração, quando:

- a) o licitante não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- b) o licitante não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) o licitante der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

II - Pelo licitante, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho fundamentado do Secretário de Administração.

§ 2º A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no inciso I deste artigo, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços.

§ 3º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

§ 4º Da decisão que a cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis.

6.2 Os preços registrados poderão ser suspensos nos seguintes casos:

I - pela Administração, por meio de edital, quando por ela julgado que o fornecedor esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data da decisão;

II - pelo licitante, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços.

§ 1º A suspensão de registro de preço, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho fundamentado do Secretário de Administração.

§ 2º Será estabelecido no edital ou no expediente da solicitação de que tratam os incisos I e II, o prazo previsto para a suspensão temporária do preço registrado.

§ 3º Enquanto perdurar a suspensão poderão ser realizadas novas licitações para aquisição dos materiais ou gêneros constantes dos registros de preços.

7 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As eventuais contratações da respectiva despesa decorrente do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município.

8 DAS OBRIGAÇÕES:

8.1 Caberá a empresa adjudicatária:

a) Executar o objeto do contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento das respectivas notas de empenho, acompanhado da Autorização de Execução do objeto do contrato;

b) A responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente, a PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes ou empregados na execução do contrato;

c) Os ônus referentes a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados para a execução do objeto do contrato;

d) A responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais, resultante da adjudicação desta Licitação;

- e) Executar o objeto do contrato de acordo c/ as especificações contidas neste instrumento, responsabilizando-se pela troca, no prazo de garantia em caso de danificação do produto ou em sua embalagem, desde que a danificação na embalagem comprometa o uso futuro produto em questão, independentemente do motivo alegado;
- f) Arcar com o extravio dos materiais necessário para a execução do objeto do contrato, antes de sua recepção pelo Município;
- g) A responsabilidade pelo pagamento fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem para a execução do objeto do contrato;
- h) Reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no todo em parte a execução do objeto do contrato em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 02 (dois) dias;
- i) Pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre a execução do objeto do contrato;
- j) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- l) A Contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- m) Executar o objeto do contrato, no preço, prazo e forma estipulados na proposta de acordo com as especificações pré-estabelecidas.
- n) Verificar a disponibilidade ou não, de matéria prima, antes de realizarem sua proposição de preços.
- o) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo Município;

8.2 Caberá ao Município:

- a) Comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto do contrato;
- b) Efetuar o pagamento da empresa vencedora até o 5º (quinto) dia útil após apresentação da Nota Fiscal e o aceite da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;
- c) Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato que a empresa vencedora efetuar fora das especificações do Edital.

9 DO PROCESSO LICITATÓRIO:

A presente Ata de Registro de Preços resulta do Processo Licitatório, modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2024.

10 DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS:

Aplicam-se, com relação a execução, alteração, inexecução e extinção, com pertinência ao presente contrato, as normas estabelecidas na Lei Federal nº 14.133 de 01.04.21, e suas alterações.

11 DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Canguaretama/RN, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro mais privilegiado que seja.

Licitante(s) vencedora(es)

CNPJ: 00.000.000/0001-00

Camila Veras de Melo Cavalcanti

Prefeita de Baía Formosa/RN
Órgão Gerenciador